



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

ATA Nº 12

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12/06/2012
(Contém folhas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:
Vereador:



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 12/06/2012

ATA Nº 12

----- Aos doze dias do mês de junho do ano dois mil e doze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência.-----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 29 de maio de 2012 foi aprovada por unanimidade. -----

1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

1.1 - INFORMAÇÕES DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA

1.1.1 - Novo Mapa Judicial
- Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo sobre o ponto de situação relativamente à questão do novo Mapa Judicial e a manutenção ou não do Tribunal de Pampilhosa da Serra; referiu que entretanto já há um segundo estudo e que, de acordo



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

com informação do Ministério, este estudo é para levar em conta; no que diz respeito à Pampilhosa da Serra, informou que tem desenvolvido alguns contactos e que escreveu um ofício ao Senhor Primeiro Ministro a expor a situação da Pampilhosa; no próximo dia 15, vai ter uma reunião no Ministério da Justiça; dos municípios que integram a CIMPIN, prevê-se que vão encerrar quatro Tribunais: Alvaiázere, Ansião, Penela e Pampilhosa da Serra, mas todos foram unânimes em reconhecer que Pampilhosa da Serra é um caso singular. -----

----- Mais informou que a ANMP decidiu levar a efeito uma manifestação de Municípios no dia 28 do corrente mês junto da Assembleia da República, mobilizada apenas por autarcas (Câmaras, Juntas de Freguesia e Assembleias) e que, querendo, cada Município fará a sua própria manifestação na data que tiver por conveniente, mas sem o envolvimento da população. -----

----- Informou também que o assunto está a ser acompanhado pelos Deputados do Distrito de Coimbra e que face à atenção e ao empenho direccionados para a questão do Tribunal da Pampilhosa da Serra, está esperançado que ainda possamos ver os nossos anseios acatados e respeitados. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.2 - 3º Encontro da Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que vai realizar-se, nos dias 16 e 17 de Junho do corrente ano, no Auditório do Edifício Monsenhor Nunes Pereira, o 3º Encontro de Juristas de Pampilhosa da Serra, promovido pela Associação de Juristas de Pampilhosa da Serra. O Programa do evento é bastante interessante e aproveitará a oportunidade para, na sua intervenção, abordar a questão do Tribunal da Comarca de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.3 - Intervenção no Rio Unhais - Praia Fluvial de Pampilhosa da Serra

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que está a ser feito um dique do lado de cima da ponte do Rio Unhais, que vai melhorar substancialmente a praia fluvial, no que à qualidade da água diz respeito, bem como no tocante à eficácia e rapidez no esvaziamento e enchimento do leito, quando é necessário. A abertura oficial da Praia Fluvial prevê-se para dia 1 de Julho. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.1.4 - Galardão de Ouro para as praias fluviais de Pessegueiro e de Santa Luzia



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que a Praia Fluvial de Pessegueiro e a Praia Fluvial de Santa Luzia, foram premiadas com o galardão máximo atribuído pela associação QUERCUS, com base na informação disponibilizada pelo Instituto da Água através do Sistema Nacional de Informação e Recursos Hídricos (SNIRH) – Praia de Ouro 2012, o que muito nos orgulha e com o qual nos congratulamos, sendo de registar que o concelho de Pampilhosa da Serra é o concelho do país com maior número de praias interiores premiadas com esta distinção. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.2 - PRESIDÊNCIA

1.2.1 - Exoneração da Chefe de Gabinete

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi dado conhecimento ao restante Executivo, do teor do seguinte Despacho: -----

----- “ JOSÉ ALBERTO PACHECO BRITO DIAS, Presidente da Câmara Municipal do Concelho de Pampilhosa da Serra, DESPACHA PARA OS DEVIDOS E LEGAIS EFEITOS, que Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, é exonerada das funções de Chefe de Gabinete, a seu pedido, nos termos do nº 3, artº 74º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com efeitos a partir de 01 de Junho de 2012. -----

----- Deste modo, as competências delegadas, por seu Despacho de 03 de Janeiro de 2011, são revogadas, nomeadamente os pelouros da Cultura; Desporto, Recreio e Lazer; Ação Social e Saúde e Educação. -----

----- Publique-se, para conhecimento e adequada divulgação, nos termos do Artigo 37º do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Município de Pampilhosa da Serra, aos dezasseis dias do mês de Maio do ano de dois mil e doze. O Presidente da Câmara.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Autorização Prévia Genérica no Âmbito da Lei dos Compromissos (LCPA)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma Informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----
----- *“ Na sequência da aprovação da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos plurianuais, de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 6º, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----*
----- *Assim, propõe-se, que a Proposta em anexo, seja aprovada em reunião de Câmara e submetida à Assembleia Municipal para deliberação.” -----*
----- PROPOSTA: -----
----- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS -----
----- Considerando, por um lado, o disposto no art. 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: -----
----- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----
----- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----
----- Considerando, por outro lado, a alínea c) do nº 1 do art. 6º da Lei nº 8/12, de 21 de Fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----
----- Considerando, que o art. 13º do Decreto-Lei nº 152/12, de xx de maio, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do art. 14º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada quando da aprovação dos documentos previsionais. -----
----- Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2012, não se encontrava em vigor a supracitada legislação, existe a necessidade de solicitar a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art. 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (art. 13º da Lei nº 8/12, de 21 de Fevereiro). -----
----- PROPÕE-SE, por motivos de simplificação e celeridade processuais, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Setor Público Administrativo, que a Assembleia Municipal, relativamente à Câmara Municipal: -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- 1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/12, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes: -----

----- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das *Grandes Opções do Plano*; -----

----- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

----- 2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei nº 8/12, de 21 de Fevereiro, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. ----

----- 3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do nº 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública. -----

----- 4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos nº 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que tenham produzido efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012. -----

----- 5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----

----- Mais se propõe a aprovação desta proposta em minuta. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.1.2 - 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012

----- Foi presente a 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2012, em que constam os seguintes valores:-----

----- Na receita, de inscrições/reforços, o valor de 1.712.142,39€, e de diminuições/anulações, 663.142,39 € ; -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Na despesa, de inscrições/reforços 1.176.000,00 € e de diminuições/anulações 127.000,00€.-----

----- Nas Grandes Opções do Plano, o reforço de 712.000,00 €.-----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar estes dois documentos de gestão, deliberou por unanimidade aprová-los e submetê-los à Assembleia Municipal nos termos da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a ata referente ao assunto em epígrafe.-----

2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.2.1 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Protocolo

----- Foi presente uma carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com a referência nº 964, datada de 06/06/2012, do seguinte teor:-----

----- *" Na sequência do protocolo celebrado com a autarquia mui dignamente presidida por V.Exª, vimos nesta ocasião à semelhança do que foi feito no auto anterior, solicitar a cedência gratuita, a esta Associação, do espaço localizado junto à Praia Fluvial da Vila de Pampilhosa da Serra, pelo período de 3 meses. -----*

----- *Tendo em conta que este espaço tem tido uma enorme afluência, sendo visitado por pessoas oriundas de todo o país e até estrangeiro; considerando estarem ali reunidas todas as condições necessárias à realização de uma campanha de angariação de fundos a afetar à remodelação e ampliação do nosso Quartel/Sede. -----*

----- *Considerando os tempos difíceis que atravessamos, estamos convencidos que este será mais um meio que nos ajudará a alcançar elevados níveis na qualidade dos serviços que diariamente prestamos. -----*

----- *Gratos pelo favor da atenção dispensada, com os melhores cumprimentos."*-----

----- Face ao exposto de depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade celebrar um Protocolo, para cedência do espaço em questão, com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, nos mesmos termos do celebrado no ano de 2011, por se manterem os pressupostos que o permitem e os objetivos que se visam alcançar.-----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala por estar impedido por lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere

- Pedido de cedência de espaço localizado junto à Praia Fluvial de Dornelas do Zêzere

----- Foi presente uma carta da Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, do seguinte teor: -----

----- *"Tendo em conta que a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere tem em curso, como é do conhecimento de V.Exª, a construção de um Lar de Idosos, no Carregal, e que a mesma assume especial importância em termos de resposta às necessidades da população do concelho de Pampilhosa da Serra porque desenvolverá atividades de apoio social a pessoas idosas; --*

----- *Considerando que tal obra importa um investimento financeiro muitíssimo avultado e que esta Associação tem procurado angariar todo e qualquer apoio que possa ajudá-la a concretizar a construção daquele Lar de Idosos e assegurar, posteriormente, o seu funcionamento; -----*

----- *Tendo em conta que, no ano transato, se verificou uma grande afluência de pessoas à Praia Fluvial de Dornelas do Zêzere, oriundas não só do concelho, mas também de concelhos limítrofes; -*

----- *Considerando que, na referida Praia Fluvial, existe um espaço, propriedade do Município, que, na nossa perspetiva, poderá ser gerido tendo em vista a divulgação das atividades desta Associação e a angariação de fundos para a cabal prossecução das mesmas, com especial destaque para a construção do Lar de Idosos do Carregal; -----*

----- *Pelo exposto, solicita-se a V.Exª e à Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que, na esteira do apoio que nos tem sido concedido para levar a bom porto esta obra, seja cedido a esta Associação, gratuitamente, o uso daquele imóvel/equipamento, tendo em vista a divulgação da sua atividade associativa, das valências que abarca e a angariação de fundos para a prossecução das mesmas, destacando-se a construção do Lar de Idosos do Carregal. Antecipadamente grato pela atenção que este assunto lhe possa merecer (...)" -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ceder gratuitamente o uso e fruição do referido espaço, localizado junto à Praia Fluvial de Dornelas do Zêzere, à Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere, mediante protocolo. Do mesmo deverá constar que a Associação de Solidariedade Social de Dornelas do Zêzere o afetará à promoção/divulgação das respetivas atividades associativas, com exposição e venda de material alusivo às mesmas e outros, com vista à angariação de fundos a afetar à construção do Lar de Idosos do



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Carregal; bem como o prazo de cedência pelo período de quatro anos e o facto de o uso do espaço por terceiros, a verificar-se, dever ser gratuito e temporário e só permitido se e enquanto se mantiver o objetivo de angariação de fundos a afetar à construção do Lar de Idosos do Carregal. -----

----- Mas deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 – Concurso para cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito junto à albufeira da barragem de Santa Luzia

----- Em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara de Pampilhosa da Serra realizada no dia vinte e quatro de Abril de dois mil e doze, foi presente a Ata do Júri que procedeu à abertura das propostas referentes ao concurso para cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa, sito Junto à Barragem de Santa Luzia. -----

----- A Ata refere que foram apresentadas duas propostas pelos concorrentes: n.º 1: Rúben André Romão; n.º 2: Paulo Cristina da Costa Fonseca Santos. -----

----- Tendo o Júri verificado o cumprimento do disposto no ponto 5 do Programa de Concurso, respeitante aos documentos que devem instruir a proposta, verificou-se que o concorrente n.º 1 não anexou à sua proposta, cópia de documento comprovativo de se encontrar regularizada a respetiva situação contributiva perante a Segurança Social nem anexou cópia de documento comprovativo de não se encontram em dívida, perante o Município de Pampilhosa da Serra, no tocante a quaisquer contribuições, taxas ou rendas. No que respeita ao Concorrente n.º 2, verificou-se que o mesmo instruiu a sua proposta com todos os documentos discriminados nos pontos 5.1.1 a 5.1.5 do Programa de Concurso. Após análise das propostas, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a exclusão da proposta apresentada pelo Concorrente n.º 1, por não ter cumprido todas as condições estabelecidas para o concurso e propor a adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa ao Concorrente n.º 2, pelo valor proposto de 250,00 €, por entender que a proposta apresentada respeita as condições estabelecidas para o concurso. -----

----- Mais refere a Ata que é entendimento do Júri proceder à audiência prévia dos interessados, nos termos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código de Procedimento Administrativo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- No decurso desse período foi apresentada uma reclamação a qual foi objeto de análise por parte do Júri. Tendo o mesmo elaborado para o efeito a correspondente ata. -

----- Nessa sequência, foi presente a Ata supra mencionada, decorrente da análise a que foi submetida a reclamação apresentada pelo Concorrente nº 1, através de carta datada de 30/05/2012, a qual deu entrada nos Serviços da Autarquia em 01/06/2012, com Registo nº 2438. -----

----- Face ao seu conteúdo e expostas as razões de facto e de direito, da mesma consta que, o Júri deliberou, por unanimidade, considerar a mesma improcedente e submeter à deliberação da Câmara Municipal, a proposição de exclusão da proposta apresentada pelo Concorrente nº 1 - Rúben André Romão, no valor de 1.520,00 € (mil quinhentos e vinte Euros), referindo o concorrente em questão que tal valor corresponderia a uma temporada/ano, por o mesmo não ter cumprido todas as condições estabelecidas para o concurso, especificamente no que aos documentos que instruem a proposta diz respeito. Mais deliberou, por unanimidade, submeter a deliberação da Câmara Municipal, a proposta de adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa ao Concorrente nº 2 - Paula Cristina da Costa Fonseca Santos, no valor de 250,00 € (duzentos e cinquenta Euros), correspondente ao aluguer dos bens móveis, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, que se encontram no estabelecimento, objeto do concurso em questão, e considerando o disposto nº ponto 10.1 do Programa de Concurso, por entender que a proposta apresentada respeita as condições estabelecidas para o concurso. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar homologar as atas do Júri, considerando assim a reclamação subscrita pelo Concorrente nº 1, improcedente. -----

----- Mais deliberou, por unanimidade, adjudicar a cessão de exploração do Café/Bar do Casal da Lapa ao Concorrente nº 2: Paula Cristina da Costa Fonseca Santos, pelo valor de 250,00 € (correspondente ao aluguer dos bens móveis propriedade do Município de Pampilhosa da Serra), nos precisos termos do constante no Caderno de Encargos e Programa de Concurso aprovados em reunião de Câmara de 24/04/2012. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.4 - Ratificação do Protocolo de Cedência da Antiga Escola Primária de Fajão à Associação de Escoteiros de Portugal



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 08/05/2012, onde foi deliberada a cedência das instalações da antiga escola primária de Fajão à Associação dos Escoteiros de Portugal, mediante a celebração de Protocolo ; -----

----- Tendo em conta que da referida deliberação não constam as obrigações a que deverá ser submetida a Associação dos Escoteiros de Portugal, por força da cedência daquele imóvel, nem a possibilidade de renovação do prazo de cedência, considera-se necessário submeter os termos do Protocolo em questão, anexo à presente informação, a ratificação do órgão Execução Autárquico.” -

----- A Câmara Municipal, tomou conhecimento do conteúdo do Protocolo em apreço e, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.5 – Cessão de Exploração do Bar do Casal da Lapa - Cancelamento de garantia bancária

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foi referido que, atenta a deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 14/02/2012, foi realizada uma vistoria conjunta ao Café/Bar do Casal da Lapa, com o Fiscal Municipal e o Sr. António Manuel Gomes Pereira Martins (anterior cessionário), a fim de conferir a existência e o bom funcionamento dos bens móveis, propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, bem como aferir se o local se encontrava limpo e em perfeitas condições de ser rececionado; -----

----- Mais referiu que, na sequência da realização da mesma foi elaborado o competente relatório, dele resultando que, aquando da realização da vistoria, não foram encontrados no local alguns bens. Sendo certo, contudo, que os mesmos foram restituídos e que o bem móvel em falta (equipamento de som) será pago até 15/06/2012, conforme acordo verbal estabelecido com o então cessionário, pelo valor de 230 Euros, ponderando o valor de compra e respetiva desvalorização. -----

----- A efetivar-se tal pagamento, foi proposto desde já o cancelamento da caução, no valor de 15.000 Euros, prestada aquando da assinatura do contrato em questão (mediante garantia bancária - operação n.º 0110.002132.693, da Caixa Geral de Depósitos), por considerar que os espaços objeto do referido contrato se encontram em condições de serem recebidos. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

3.1 - Turismo

3.1.1 - Participação na Feira Internacional do Artesanato - 2012

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: -----

----- “ No âmbito da participação na Feira Internacional do Artesanato – 2012, e no seguimento da estratégia de marketing territorial elaborada por este Município para a área do Turismo, vimos informar que os custos para o espaço de 81 m2 x 4 frentes serão de 7.634,25 €, acrescido da taxa legal em vigor de 23%, com o valor total de 9.390,13 €. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Campeonato Nacional Downhill

----- Foi presente uma informação do Gabinete do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da realização do campeonato nacional de Downhill, venho por este meio informar, que o apoio financeiro que o Bike Clube de Coimbra solicita ao Município de Pampilhosa da Serra é de 4.950,00 €. -----

----- Em anexo a proposta para a realização do Campeonato Nacional DHI Vodafone 2012 elaborada pela O Bike Clube de Coimbra. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise do teor da proposta para a realização do referido Campeonato, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - OBRAS PARTICULARES

- 4.1.1 - Restituição de taxas referente à alteração e ampliação de moradia unifamiliar e construção de muro de vedação sito em Maxial - Dornelas do Zêzere**
- Requerente: Abílio Antunes Fernandes

----- Foi presente uma informação da Secção de Obras Particulares, do seguinte teor: ---

----- “ Em 30/04/2012, deu entrada nestes Serviços de Obras Particulares, o Processo de Licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente, pelos Serviços Técnicos de Obras, em 06/06/2012. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento nº 185, de 30/04/2012. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor dobrado a mais é de 8,42 €, conforme se descrimina no quadro da página em anexo.-----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 8,42 €, nos termos do disposto no nº 2 do art. 16º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

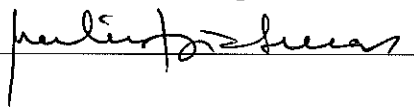
----- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e artigos 3º e 4º do Código de Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,

, que a subscrevi. -----

